O Direito e a Justiça como Factor de Aproximação dos Povos e Seu Desenvolvimento Económico-Social

Dr. Afonso Carmona

Umas palavras iniciais para cumprimentar todos os conferencistas presentes e para exprimir o meu sentido e sincero e agradecimento à organização da XIII (décima terceira) Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa em Macau, em especial à Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Última Instância da Região Administrativa Especial de Macau.

Em nome dos Tribunais Republica Democrática de Timor-Leste, a todos o meu obrigado.

O Direito e a Justiça como Factor de Aproximação dos Povos e Seu Desenvolvimento Económico-Social

Num mundo cada vez mais globalizado, onde as fronteiras físicas se tornam menos relevantes diante da circulação de pessoas, ideias, bens e capitais, o Direito e a Justiça surgem como elementos essenciais para harmonizar relações, promover a paz e garantir o progresso. Mais do que simples instrumentos normativos, o Direito e a Justiça desempenham um papel vital na aproximação dos povos e na construção de bases sólidas para o desenvolvimento económico-social.

O Direito como linguagem comum entre as nações

O Direito, ao estabelecer normas universais de conduta e convivência, permite que diferentes povos e culturas encontrem pontos de convergência. Por meio de tratados internacionais, convenções e organismos multilaterais, é possível criar um sistema jurídico que respeite as especificidades locais, mas que também dialogue com valores universais, como os direitos humanos, a dignidade da pessoa e a soberania dos Estados.

Exemplos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os tratados da Organização Mundial do Comércio e os protocolos ambientais evidenciam que o Direito pode ser uma linguagem comum entre as nações, promovendo a cooperação e evitando conflitos. Assim, ao invés de afastar, o Direito aproxima os povos ao criar mecanismos para resolução pacífica de controvérsias e harmonização de interesses.

Organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e o Tribunal Penal Internacional (TPI) são exemplos de entidades que consolidam o Direito como linguagem comum global, atuando como fóruns de diálogo e justiça internacional, aplicando normas jurídicas que transcendem fronteiras, promovendo a cultura do respeito mútuo e reforçando a ideia de que o Direito é um idioma compartilhado que ultrapassa diferenças culturais e políticas.

Apesar da existência do Direito Internacional, a diversidade cultural, jurídica e política dos países impõe desafios para que o Direito funcione plenamente como uma linguagem comum. Cada nação possui seu próprio sistema jurídico, com tradições e valores particulares, o que pode gerar conflitos de normas e dificuldades na aplicação uniforme do Direito.

A superação destas barreiras exige um acrescido esforço de cooperação jurídica internacional, por meio de tratados multilaterais e órgãos especializados, em busca de bases comuns que facilitem a harmonização e a unificação de normas e, em última instância, o desenvolvimento económico global e a garantia da segurança jurídica para investidores.

O Direito, enquanto linguagem comum entre as nações, representa um dos maiores avanços da civilização humana com vista à convivência pacífica global e embora existam desafios decorrentes da diversidade cultural e jurídica, o esforço contínuo para estabelecer normas compartilhadas e fortalecer instituições internacionais demonstra a importância do Direito na construção de um mundo interligado e harmonioso.

Esse idioma jurídico universal não apenas regula as relações entre Estados, mas também reforça valores fundamentais como a justiça, a solidariedade e o respeito pela dignidade humana, essenciais para o progresso global.

A Justiça como promotora de confiança e estabilidade

A Justiça é a aplicação prática do Direito. O seu funcionamento eficaz é condição essencial para o desenvolvimento. Uma justiça célere, imparcial e acessível promove segurança jurídica, indispensável para atrair investimentos, fomentar o empreendedorismo e assegurar os direitos fundamentais da população.

Quando os cidadãos e os agentes económicos percebem que há um sistema de Justiça confiável, sentem-se encorajados a participar ativamente da vida económica e social. Isso contribui para o fortalecimento das instituições democráticas, reduz as desigualdades e estimula o crescimento sustentável.

Além disso, a cooperação judiciária internacional - como o combate ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro - reforça a solidariedade entre as nações e fortalece a ordem global.

A estabilidade social e política depende diretamente da perceção de justiça. Quando o sistema jurídico é eficiente e equitativo, as tensões sociais são canalizadas para mecanismos institucionais, evitando a escalada de conflitos e a violência. Por outro lado, a ausência ou falha na justiça gera insegurança, conflitos, injustiças e instabilidade, comprometendo o desenvolvimento e a paz social.

A justiça é um dos elementos centrais do Estado de Direito e o respeito pelo Estado de Direito assegura o exercício do poder nos limites da lei, prevenindo abusos e arbitrariedades.

Quando o Estado age com justiça, promove a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e nos processos democráticos, criando um ambiente previsível e ordenado. Essa previsibilidade é fundamental para a convivência pacífica e para o planeamento de ações individuais e coletivas, seja no âmbito económico, seja no âmbito político e social.

A justiça, portanto, é muito mais do que um ideal abstrato: é um instrumento prático, indispensável à promoção da confiança e da estabilidade, essencial para o progresso de qualquer comunidade.

Desenvolvimento económico-social como fruto da integração jurídica e judiciária

A convergência jurídica entre os países pode resultar em benefícios tangíveis para os seus povos. Blocos regionais como a União Europeia, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) ou a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) mostram como a integração legislativa e judiciária pode impulsionar o comércio, facilitar a mobilidade humana, promover a educação, a cultura e o intercâmbio científico.

Por outro lado, o Direito também deve ser instrumento de justiça social. A promoção de políticas públicas voltadas à inclusão, ao acesso à saúde, educação e trabalho depende de um ordenamento jurídico comprometido com a equidade. A Justiça, nesse contexto, precisa atuar não apenas como aplicadora da lei, mas como agente de transformação social, garantindo que o crescimento económico seja também distribuição de oportunidades.

Quando os países adotam normas jurídicas comuns, ou compatíveis, criam condições para o fluxo livre de bens, serviços, capitais e pessoas, o que impulsiona o comércio internacional e a cooperação económica. Além disso, a integração jurídica facilita a proteção dos direitos laborais, sociais e ambientais, promovendo um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

Organizações regionais como a União Europeia são exemplos emblemáticos de como a integração jurídica e judiciária pode impulsionar o desenvolvimento económico-social. O mercado comum europeu, sustentado por um corpo normativo unificado e por um sistema judiciário integrado, tem

permitido a circulação sem barreiras de produtos, serviços e pessoas, gerando crescimento económico, emprego e bem-estar social.

Além disso, a cooperação judiciária facilita a luta contra o crime transnacional, como a corrupção e o tráfico de pessoas, que comprometem o desenvolvimento sustentável. Ao promover a justiça e a segurança, a

integração judiciária cria um ambiente propício para o investimento e para a melhoria das condições sociais.

O desenvolvimento económico-social sustentável e equitativo depende diretamente da integração jurídica e judiciária entre as nações. Ao criar um ambiente legal harmonizado e a cooperação dos sistemas judiciais, é possível garantir segurança jurídica, proteger direitos e fomentar a confiança necessária para o progresso económico e a inclusão social.

A integração jurídica e judiciária não deve ser vista apenas como um desafio técnico, mas como uma ferramenta estratégica indispensável para construir sociedades mais justas, prósperas e estáveis no cenário global.

Em apertado resumo

O Direito e a Justiça não são apenas construções técnicas ou abstratas, mas ferramentas essenciais para a convivência harmoniosa entre os povos e para o desenvolvimento equitativo das sociedades. Ao promoverem a paz, a cooperação internacional e a justiça social, contribuem decisivamente para a aproximação entre as nações e para a construção de um mundo mais justo, solidário e desenvolvido. Assim, investir em sistemas jurídicos eficazes e em

instituições judiciais fortes não é apenas uma questão de governos, mas um compromisso com o futuro comum da humanidade.

Tenho dito.